

----- **ATA N.º 5/2022** -----

-----Aos vinte e cinco dias, do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente, e a quem seguia a transmissão *online* desta sessão. -----

-----De seguida, começou por dar conhecimento que o Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva comunicou, via correio eletrónico, com registo de entrada número sessenta e nove, datado de vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, que iria estar ausente, solicitando a sua substituição. Assim, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, o Senhor Deputado Davide Lopes Pereira. -----

-----Deu, também, conhecimento que o Senhor Deputado Flávio Manuel Granjal Sá informou, via correio eletrónico, com registo de entrada número oitenta, datado de vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, que se encontra ausente no período compreendido entre os dias vinte e dois a vinte e nove de novembro, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, o Senhor Deputado António Carlos Pires Diogo. -----

-----Mais deu conhecimento que, a Senhora Deputada Alexandra Isabel Henriques Sena comunicou, via correio eletrónico, com registo de entrada

número oitenta e dois, datado de vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, que iria estar ausente, solicitando a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, o Senhor Deputado João Mário Campos Meireles Cunha. -----

-----Por fim, informou que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou, via correio eletrónico, com registo de entrada número oitenta e três, datado de vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e dois, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias vinte e três a trinta de novembro, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Elisa-Marie Matias. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----José Miguel Neves Figueiredo; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----João Mário Campos Meireles Cunha, em substituição da Senhora Deputada Alexandra Isabel Henriques Sena; -----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha;-----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral;-----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----

-----António Carlos Pires Diogo, em substituição do Senhor Deputado Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----

-----Ana Cláudia Rodrigues Marques; -----

-----Elisa-Marie Matias, em substituição da Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos;-----

-----Davide Lopes Pereira, em substituição do Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva; -----

-----José Jorge Silva;-----

-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----
-----António Santos;-----
-----Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;-----
-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro;-----
-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----
-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais;-----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltou a esta sessão o seguinte membro:**-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2022** -----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2022, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Esteve presente nesta sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez uma breve explanação sobre o assunto, onde esclareceu que esta é uma revisão que se impunha pela força de cumprimento de prazos, que deriva da tragédia que se abateu na Serra da Estrela, nomeadamente na Freguesia de Linhares da Beira. Nessa sequência houve várias reuniões com membros do Governo, das quais resultaram respostas contemplando um conjunto de fundos de apoio para colmatar os prejuízos e que têm prazos para a sua execução, tendo de começar ainda no presente ano. Assim sendo, houve a necessidade de se realizar uma Assembleia Extraordinária, dado que os contratos com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) carecem de execução até ao final do ano. -----

-----Disse, ainda, que se aproveitou esta revisão ao orçamento para incluir uma rubrica relativa a autoconsumos de água, na medida que as recomendações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) exigem uma cobertura de noventa por cento. Por conseguinte, há a necessidade de se contabilizarem os consumos de água dos edifícios municipais, parques, campo de futebol, cemitérios, fontanários, Juntas de Freguesia e Associações, estando também incluídas algumas perdas resultantes do mau estado das condutas.-----

-----Fez, também, referência a outra rubrica relativa a uma verba que foi transferida do Estado para o Município e que tem a ver com o Fundo Social Municipal no montante de sessenta e seis mil euros.-----

-----Por fim, referiu que esta revisão cria um montante de meio milhão de euros que se prende, essencialmente, com as ações de estabilização de emergência relativas ao contrato programa do ICNF, no valor de cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte e dois euros e vinte e três centimos. Da mesma forma, foi incluída uma rubrica referente ao protocolo com a APA, no montante de trinta e seis mil euros.-----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico José Tavares. -----

-----O Técnico reforçou que a urgência desta revisão orçamental prende-se com os protocolos celebrados com o ICNF e com a APA. A necessidade destes procedimentos é tal que foi emitido um parecer pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Carlos Miguel, no sentido de que todos os procedimentos para estes trabalhos podem ser efetuados por ajuste direto, de modo a evitar que se perca mais tempo, pois carece de alguma execução e os trabalhos precisam de avançar o mais rápido possível. -----

-----Em relação à questão dos autoconsumos, a ERSAR tem vindo há vários anos a recomendar que haja uma cobertura dos gastos com os serviços de água, saneamento e recolha de resíduos pelo menos em noventa por cento. De modo que o POSEUR, que tem concedido aos Municípios alguns financiamentos, nas diversas áreas relacionadas com o ambiente, estabeleceu há alguns anos a obrigatoriedade de que os Municípios têm de cumprir os noventa por cento recomendados pela ERSAR, para poderem ter acesso a financiamentos, caso não cumpram têm de devolver os financiamentos atribuídos em anos anteriores. Como já foi referido, para evitar esta situação o Município tem de faturar os próprios autoconsumos dos edifícios, dos fontanários, edifícios das Juntas de Freguesia e das diversas Associações, embora contabilisticamente seja inócuo. Os montantes do autoconsumo foram solicitados à Secção de Águas e Saneamento e, também, há uma questão que tem a ver com as perdas de água resultantes do mau estado das condutas. Incluiu-se no orçamento uma estimativa de autoconsumos que permite realizar receita e despesa de modo a ser reportado à ERSAR uma faturação relativa ao autoconsumo que ajudará a melhorar os rácios de cobertura. -----

-----Reforçaram, também, as rubricas relativas às obras da Escola Sacadura Cabral, Piscinas Municipais e Largo da Corredoura pela possibilidade de haver emissão de faturas relativas à revisão de preços.

Com base nos cálculos previstos na Lei e nos cadernos de encargos existem valores de revisão de preços, nomeadamente na obra da Escola. Deste modo, esta revisão orçamental já está a acautelar a possível emissão de faturas com revisão de preços das obras que estão a decorrer. -----

-----Aproveitou-se, ainda, para fazer-se alguns ajustes da despesa corrente e de capital e estas alterações culminam num aumento de quinhentos e vinte e dois mil euros do orçamento, que esperam que seja executado até ao final do ano. -----

-----Relativamente às obras, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que há um enquadramento legal nos encargos suplementares, nomeadamente na obra da Escola que tem um maior compromisso financeiro. Também, a questão das águas é dos maiores custos para o Município, em paralelo com a questão da energia e da iluminação. Disse que há o compromisso em fazer-se uma fiscalização muito mais apertada, no sentido da salvaguarda dos interesses da Autarquia e de quem são os cumpridores, atendendo ao número de ilegalidades que existem pelo Concelho, porque há situações de suspeição e de muita preocupação que todos estão a pagar. -----

-----No que concerne a situação dos incêndios ocorridos na Serra da Estrela, passou a palavra à Senhora Vice-Presidente para transmitir uma perspetiva daquilo que têm sido os contactos com o ICNF e com a APA. ----

-----Relativamente aos contratos programa que foram efetuados com o ICNF e com a APA, a Senhora **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que após várias conversações os contratos foram assinados. A parte respeitante ao ICNF traduz-se nas ações que têm a ver com a estabilização de emergência que evitem a erosão, fazendo sementeiras de centeio evitando que as terras venham para as vias. A nível da proteção de pessoas e bens irão ser efetuadas umas faixas, com o corte da vegetação ardida, paralelas tanto à rede viária como às linhas de água, de forma a evitar obstrução na

linha de água que possa causar algum dano nas ribeiras e, posteriormente, na parte paralela às vias de modo a prevenir a queda de árvores.-----

-----Quanto à APA, as ações direcionam-se para intervenções nas linhas de água permanentes, nos açudes, retirar vegetação dentro do leito e limpeza das margens. Também, na parte dos taludes que estejam muito despídos irá ser colocada vegetação de forma a consolidá-los, evitando que a terra seja arrastada. -----

-----Ainda sobre o ICNF disse que há o compromisso que após as ações de estabilização de emergência e de proteção de pessoas e bens, possa haver algum apoio aos proprietários, no sentido de poderem candidatar-se para intervenções nas áreas privadas, que englobe o corte do material que ardeu e novas intervenções com sementeiras ou plantações consoante os interesses de cada um.-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** ressaltou que há um conjunto de outras medidas, sobretudo na área do Turismo, não só para a Freguesia de Linhares da Beira, mas para todo o Concelho, assim como para toda a área das Beiras e Serra da Estrela.-----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** disse que foi com alguma surpresa e apreensão que recebeu a convocatória para a presente sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Efetivamente, qualquer documento escrito que tenha nele vertido o adjetivo extraordinário tem o efeito de desencadear no recetor um conjunto de estímulos visuais e sensoriais de alerta. No entanto, a surpresa dissipou-se quando percebeu que o que estava em causa era mais uma proposta de Revisão ao Orçamento e GOP's para dois mil e vinte e dois. Na verdade, se há capacidade que os seres humanos têm é de neutralizar a sua reação a fenómenos previsíveis e habituais. Enquanto assimilava os curtos parágrafos que fundamentam uma pesada revisão orçamental de mais de meio milhão de euros, várias figuras, estilisticamente

falando, lhe povoaram a mente. Em primeiro lugar esta revisão afigurou-se-lhe como labiríntica, pois de facto quando leem as razões técnicas e financeiras que justificam a presente revisão, acreditam que se encontram rumo a uma saída, no entanto o que encontram é uma parede. Não consegue perceber o que realmente justifica algumas das revisões orçamentais previstas, pois a justificação apresentada é demasiado prolixa, vaga e evasiva e não lhe permite compreender o que realmente está em causa. Formalmente, a justificação encontra-se vertida, materialmente não consegue perceber o respetivo conteúdo. Em particular, a nota informativa que acompanha esta revisão afigurou-se-lhe insuficiente, quando se exigia que assim não fosse, em nome de um princípio e de um dever de fundamentação, em que falam de valores com esta ordem de grandeza. São mencionados vários acordos celebrados com entidades públicas, nomeadamente a APA e o ICNF e também várias recomendações a justificar esta revisão, mas não são anexados esses acordos e recomendações, nem tão pouco lhes é indicado um local onde os mesmos podem ser consultados. Se é referido que o que justifica esta intervenção, pelo menos a urgência desta intervenção, é um acordo celebrado com o ICNF ou com a APA onde estão esses acordos, a fim de poderem fiscalizar se o que é proposto está ou não em consonância com o acordo ou se segue ou não os termos do acordo previsto. Esta revisão é também um camuflado, uma vez que a justificam com a urgência de aprovação neste ano civil, porque existem despesas com trabalhos a efetuar com a decorrência dos incêndios, que têm de ser realizadas ainda em dois mil e vinte e dois e que não se encontram cabimentadas. A verdade é que depois de analisar as despesas e receitas alteradas com esta revisão, concluiu que as mesmas representam apenas trinta e oito por cento do total proposto, ou seja, o motivo invocado para a urgência desta revisão orçamental representa apenas pouco mais de trinta por cento daquilo que no final vem a ser revisto no orçamento das despesas e das receitas. Por fim, disse que esta revisão parece-lhe ser um “lobo em pele de cordeiro”, pois representa

uma alteração que corresponde a mais de meio milhão de euros, ou seja mais de dez por cento do orçamento global do Município na sua atual orçamentação, valores que não podem deixar de o assustar, não obstante a leveza com que lhe são apresentados. -----

-----De seguida, acerca da rubrica relativa às Despesas que concernem as obras da Escola Sacadura Cabral, das Piscinas Municipais e do Largo da Corredoura, que tendo em vista o eventual aumento de revisão de preços destas empreitadas num total de cento e setenta mil, novecentos e cinco euros, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a razão a que se devem estas revisões de preços, uma vez que, sempre que existe uma revisão ou alteração orçamental estas obras vêm sempre contempladas. Afinal, o que é que justifica estas alterações sistemáticas e intermináveis aos preços contratualmente previstos destas empreitadas. Quanto às Piscinas Municipais pretendeu saber qual o preço em que já vai a empreitada e quando é que as mesmas abrem ao público. -----

-----Gostaria, ainda, de ter conhecimento da razão para a não coincidência entre o reforço das despesas e o reforço das receitas. Na verdade, o reforço das despesas cifra-se em seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e dois euros, enquanto as despesas estão orçamentadas em quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e oito euros. As despesas apresentadas superam as receitas, portanto ou existe algum artifício contabilístico ou um erro na presente informação. Sobre as despesas da água, pretendeu saber o que representam os autoconsumos, se são de águas e outros serviços ou se são autoconsumos de materiais ou ambos. É referido que estas despesas estão relacionadas com autoconsumos de edifícios municipais, cemitérios, fontanários, Juntas de Freguesia e Associações, no entanto o consumo de uma Junta de Freguesia ou de uma Associação não lhe parece que possa ser considerado um autoconsumo do Município. Por fim, questionou que Juntas de Freguesia e Associações são estas, cujo consumo o Município está na disposição de pagar através do seu próprio orçamento. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que o discurso apresentado pelo Senhor Deputado é pré-definido e demagógico e independentemente da legitimidade com que os Senhores Deputados fazem parte deste Órgão, com residência em Lisboa ou noutra local, também implica custos para o erário do Município, contudo está consagrado na Lei.-----

-----De seguida, sobre o reforço do financiamento das obras que estão neste momento a decorrer, disse que em termos de custos, não é por vontade da Câmara que há um aumento relativamente ao que estava estipulado. Aliás, se fosse possível, diminuiriam a despesa. O que tem sido feito é um trabalho muito sério e criterioso, que é gerir o erário público tendo em conta os despesismos, até porque a herança foi pesada, com uma dívida de aproximadamente dezoito milhões e quinhentos mil euros, que já está substancialmente mais baixa e, neste momento, até já têm uma margem de manobra, que nunca utilizaram, assim como, nunca recorreram a qualquer financiamento bancário, durante os cinco anos de mandato. Portanto, o que foi feito foi renegociar a dívida com a banca trazendo menos custos para o Município. Há também uma exigência legal discutível, mas compreensível, pois toda esta conjuntura global, ou seja, a pandemia, a seca e a guerra, contribuíram para as dificuldades de vida, que por sinal se arrastará para o ano de dois mil e vinte e três. Realçou e esclareceu que por força das eleições antecipadas, devido ao facto do Orçamento de Estado não ter sido aprovado, implicou para as Câmaras Municipais uma diminuição de recursos, sobretudo em termos de verbas do FEF e também de verbas que estavam ligadas à solidariedade dos Municípios, derivadas do Turismo que diminuíram drasticamente. O que significa que, até ao meio do presente ano tiveram verbas referentes ao orçamento anterior, por duodécimos, contribuindo para que no segundo semestre do ano estejam a pagar todo o preço em que houve um ajustamento muito apertado relativamente a essas verbas do orçamento de estado. Também, por força

das novas incumbências da descentralização de poderes, nomeadamente Educação e Segurança Social há um acréscimo de despesa significativa a nível da energia e da alimentação. Face ao exposto, também os empreiteiros que adjudicaram as obras acabaram por ter uma abertura legal de poderem recorrer àquilo que são as despesas exponenciais em termos de obras e, por isso, há uma tabela que têm de respeitar e que é acionada pelos empreiteiros, não podendo fugir. Pressupõe que não existe nenhum tipo de suspeição por parte do Senhor Deputado em relação a todos estes procedimentos, pois se houvesse consideraria grave e não o admitiria a ninguém. Afirmou que da parte do Município há uma transparência total e absoluta relativamente aos contratos que estão assinados. -----

-----Quanto às Piscinas Municipais disse que os custos não têm derrapado, as situações estão controladas, o que se verificou foram algumas alterações, tal como aconteceu com a Escola. Com o decorrer do tempo, surgiram outros equipamentos que têm a ver com as exigências dos tempos modernos, com a sustentabilidade e a eficiência energética. Deu, ainda, conhecimento que os tanques estão praticamente cheios e de seguida é avançar para o processo de aquecimento das mesmas. Assim como, o ginásio já está todo equipado, os espaços físicos estão prontos, no entanto, também, tem que ser feita a organização dos recursos humanos. Assim, espera que a abertura seja no início do próximo ano.-----

-----Relativamente ao financiamento, não existem aumentos nem derrapagens, a não ser aquelas que estão perfeitamente justificadas e registadas. A questão do equilíbrio entre as despesas e as receitas não lhe parece ser pertinente nem justa, porque há assuntos que são atempadamente planificados, há outros que são imprevisíveis como a pandemia, a seca, a guerra, a inflação e os incêndios, situações que deram origem a algumas alterações ou revisões orçamentais. Nestas despesas há um montante gasto em cerca de duzentos mil euros e que ninguém conseguia prever, sendo que para o próximo ano, a previsão é que atinja o dobro do valor.-----

-----Quanto à questão das águas assume que é uma responsabilidade da Câmara, sabendo que há um problema estrutural que é preciso resolver, tendo cada vez mais empenho e uma responsabilidade coletiva sobre estes recursos que são cada vez mais escassos, sendo, porventura, a preocupação maior, tendo em conta que apesar de ter chovido nos últimos dias não se podem esquecer do verão que passou e do que pode vir a seguir. Há um trabalho que tem de ser feito ao nível do autoconsumo em que os gastos da Câmara, das Associações, das Juntas de Freguesia, dos jardins, dos campos de futebol, dos cemitérios têm de ser contabilizados. Assim será mais fácil entender se há um consumo exagerado, porque uma grande parte desta discrepância entre o que se paga e aquilo que se recebe vem desses gastos, outra parte vem da necessidade de se fazer um investimento nas condutas de água que estão obsoletas contribuindo para as fugas de água. Contudo também têm consciência da existência de situações menos próprias em termos de legalidade e que têm de ser resolvidas. -----

-----Por fim, disse que não é comum nesta altura do ano fazer-se uma revisão de meio milhão de euros, mas uma parte significativa desta despesa está perfeitamente justificada, devido à urgência que é imposta pelo Governo e pela necessidade de intervenção no território. Na questão da água também é urgente, uma vez que correm o risco de devolver verbas atribuídas no âmbito de projetos candidatados ao POSEUR, bem como ficar condicionados a futuros financiamentos. -----

-----Pedi a palavra o Senhor **Deputado Carlos Cunha**, para dizer que seriedade e responsabilidade são as palavras que definem este Executivo, ao qual agradeceu por todo o trabalho que tem vindo a desenvolver.-----

-----De seguida, dirigiu-se ao Senhor Deputado José Miguel Figueiredo dizendo que poderia ir a todos os Municípios do País indicar qual o orçamento que deveriam fazer, porque efetivamente não ia adivinhar que os incêndios iriam ocorrer.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Luís Marques** começou por dizer que foi um prazer ouvir o Senhor Deputado José Miguel, mas se fosse apoiante do Partido Socialista não queria falar de contas. Afirmou que tendo sido aprovado no presente dia o Orçamento de Estado, até parecia que Portugal era o País das maravilhas, mas infelizmente é o País da ficção. Dizem que a nível nacional as contas estão certíssimas, é certo que no primeiro semestre até houve um excedente, o que se esqueceram de dizer foi que só as contas do Serviço Nacional de Saúde bateram o *record*, o excedente não chegou para pagar o que devem, ou seja, as contas estão ficticiamente certas, porque não se paga a quem se deve a tempo e horas. É verdade que a Direita tem o ónus da recessão, no entanto gostaria de saber como é que se recupera poder de compra com a inflação a dois dígitos e com aumentos salariais a um quinto do valor da inflação.-----

-----De seguida, lembrou que durante mais de uma década, sempre que houve eleições no Concelho de Celorico da Beira existiam duas temáticas na agenda eleitoral, que eram as Piscinas Municipais e o Parque Industrial e, uns dias antes das eleições, ainda surgia o lançamento da primeira pedra. Recordou, também, que durante mais de uma década o Município pagava aos fornecedores a mil dias e presentemente paga a trinta dias. Disse, ainda, que, de facto, as Piscinas deveriam estar concluídas há um ano, no entanto, e mesmo com todos os atrasos, é o atual Executivo que as vai inaugurar. Em face do anteriormente exposto, disse que o PS atingiu um endividamento proibido, bem como proibitivo, questionando o que é que fez concretamente.-----

-----Terminou com o seguinte provérbio “Faz aquilo que eu digo, mas não faças aquilo que eu faço”.-----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** quis apenas esclarecer o Senhor Deputado Luís Marques que a sua intervenção era sobre o Orçamento Municipal e não sobre o Orçamento de Estado.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara disse que preferia que substituísse a retórica clássica por algum pragmatismo cartesiano e, como deixou evidente e manifestou ao longo da campanha eleitoral, se preferia que não estivesse na Assembleia ou estando, não falasse, não foi com esse intuito que assumiu os compromissos. Salientou que a base para estarem neste Órgão é a mesma, pois ambos foram eleitos. -----

-----De seguida, em relação à afirmação do Senhor Presidente sobre o tom demagógico da sua intervenção e do discurso pré-feito, esclareceu que só mostra que fez o trabalho de casa, no entanto constata que o Senhor Presidente da Câmara apenas se limitou a ler a informação que lhe foi facultada pela equipa técnica, não trazendo nada de novo que proporcionasse intervenções diferentes das que já tinha preparado. -----

-----Ainda, quanto à demagógica e populista afirmação do Senhor Presidente em dizer que não admite que levantem suspeições ou insinuações sobre o trabalho do Executivo, recordou que as funções da Assembleia Municipal são de fiscalização e, portanto, não haverá qualquer pejo, nem pudor em questionar, em suspeitar, em levantar dúvidas sobre aquela que tem sido a atividade municipal, pois foi para isso que foram eleitos. -----

-----Por fim, deixou uma nota que lhe deu satisfação, que foi a constatação de que todas as questões que colocou não obtiveram resposta direta. -----

-----Interveio, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, para dizer que, na forma de expressão do Senhor Presidente, todas as questões colocadas pelo Senhor Deputado foram respondidas. Em vista disso, foi dito que as revisões vêm no seguimento da Lei e, por isso existem. Portanto, neste caso, os empreiteiros têm a legitimidade de fazer uso dessa prerrogativa. Em relação ao contrato de empreitada das Piscinas Municipais, também foi respondido que não houve um grande desvio no

orçamento inicialmente previsto, apesar de não ter dado um valor concreto. Relativamente à abertura das Piscinas Municipais, respondeu que provavelmente acontecerá no princípio do ano de dois mil e vinte e três, o que seria um bom início de ano. Sobre a coincidência entre o reforço das despesas e das receitas e ao autoconsumo referiu que as Juntas de Freguesia e as Associações estariam todas incluídas e que iriam fazer uma análise concreta dependendo dos resultados de cada uma. Em relação ao reforço das despesas e receitas pensa que também esse ponto ficou esclarecido.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que, mais uma vez, sente-se um bocadinho defraudado com a intervenção do Senhor Deputado José Miguel, porque, apesar de não ter falado muito, não disse nada. Relativamente à questão da receita e da despesa passou a palavra ao Técnico José Tavares. -----

-----Em relação, às revisões de preços, o Técnico esclareceu que estão previstas na Lei e nos cadernos de encargos dos procedimentos. Estas revisões de preços são calculadas mediante as formas que são estipuladas e os empreiteiros têm que provar que mediante o que está estipulado existe, de facto, um incremento de custos, até aos limites previstos na Lei. É nesse sentido que o Município tem que se precaver, pois há a possibilidade dos empreiteiros solicitarem essas revisões.-----

-----No que concerne às Piscinas Municipais, os valores dos contratos, podem ser consultados pelos Senhores Deputados, sendo que o ajuste inicial foi cerca de setecentos mil euros, seguidamente houve uns autos de trabalhos complementares e, eventualmente, poderá haver revisões de preços.-----

-----No que respeita ao valor do Orçamento e de uma eventual derrapagem, confessa que não percebeu exatamente o que o Senhor Deputado pretendeu dizer, até porque os mapas orçamentais estão anexos

à informação e tanto na receita como na despesa apresentam um aumento do mesmo valor, sendo que o montante global perfaz quinhentos e vinte e dois mil euros do aumento da revisão orçamental. -----

-----Quanto aos autoconsumos, a questão prende-se com o facto de em muitos locais não existir contador ou não estarem a ser efetuadas as leituras, sendo que uma das medidas de controlo para mensurar os autoconsumos é passar a fazer-se as leituras e colocar novos contadores nesses locais. Para além de que a questão de fundo são as perdas e os roubos, contribuindo para a maior parte da despesa do Município nesta área. Terminou, dizendo, que a informação e os valores apresentados foram solicitados à Secção de Águas Municipais. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e onze abstenções, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2022.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezasseis horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

----- A Presidente da Mesa -----

----- A Primeira Secretária -----

----- O Segundo Secretário -----